

Comunicado de imprensa da FRA

Viena, 15 de março de 2017

Retirar a «crise» do tema migração: integração na UE

O risco de segregação escolar, discriminação e restrições à participação política podem constituir obstáculos intransponíveis para a integração de migrantes na sociedade da UE, como o demonstra um novo relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O relatório analisa as estratégias de integração em toda a UE, fornecendo provas claras dos êxitos e das falhas da política atual e recomendando mudanças no sentido de construir uma Europa mais forte e mais coesa.

«Os migrantes que vivem na UE não são parte de uma «crise», mas uma parte integrante da nossa sociedade. Nós precisamos de uma nova narrativa que saliente os benefícios que esses migrantes, os seus filhos e os filhos dos seus filhos, trazem às nossas sociedades», declara o Diretor da FRA, [Michael O'Flaherty](#). «A integração é a chave para a nossa segurança e para a nossa democracia.»

Na UE, vivem cerca de 20 milhões de cidadãos não oriundos da UE. Muitos se fixaram e fundaram famílias. No entanto, apesar dos esforços envidados desde 2004 para seguir princípios comuns em matéria de orientação e melhoria da integração na UE, os Estados-Membros possuem abordagens muito diferentes para orientar e melhorar a integração e a inclusão em toda a UE.

O relatório [Together in the EU: Promoting the participation of migrants and their descendants](#) (Juntos na UE: Promovendo a participação dos migrantes e seus descendentes) identifica e compara políticas na UE em domínios importantes para uma integração de sucesso, nomeadamente:

- **Educação:** Os alunos migrantes enfrentam algum tipo de segregação escolar em cerca de metade dos Estados-Membros da UE, muitas vezes apesar dos esforços das autoridades para evitar estas situações. Tal retrata uma realidade preocupante, com migrantes e nativos a viverem em sociedades paralelas.
- **Jovens:** Menos de metade dos Estados-Membros dispõe de planos de ação ou estratégias explicitamente dirigidos a jovens com origens migratórias, apesar deste tipo de planos ser importante para evitar a marginalização, alienação e radicalização.
- **Discriminação:** 16 Estados-Membros não protegem os migrantes contra a discriminação com base na sua nacionalidade ou no estatuto de migrante, refugiado ou estrangeiro, o que pode encobrir a discriminação étnica e racial.
- **Língua:** Poucos Estados-Membros propõem cursos a todos os residentes com proficiência linguística limitada, incluindo cidadãos com origens migratórias. Do mesmo modo, os programas de aprendizagem de línguas raramente estão associados ao emprego, sendo pouco comuns os cursos de formação linguística no local de trabalho ou orientados para o trabalho.

Além de analisar as políticas e estratégias de integração nacionais na UE que determinam a participação social e política dos migrantes e seus descendentes, o relatório também identifica exemplos de boas práticas que podem ser utilizadas ou adaptadas noutros contextos nacionais.

Para mais informações, contactar: media@fra.europa.eu

Tel.: +43 1 580 30 642

Notas aos editores:

- A FRA inquirir as pessoas sobre a forma como vivem os direitos humanos e utiliza esta evidência, bem como a sua análise da política e da legislação da UE, para aconselhar as instituições da UE e os decisores políticos a nível nacional,

contribuindo desta forma para proteger os direitos humanos de todos os indivíduos que vivem na UE.